

QUEM SÃO OS DEPUTADOS BRASILEIROS?

Um balanço do perfil biográfico de 1986 a 2012¹

RAFAEL MOREIRA DARDAQUE MUCINHATO

RESUMO

Neste trabalho, apresentamos um perfil detalhado de quem vêm sendo os deputados federais brasileiros desde o início da legislatura constituinte, em 1986, até o segundo ano da legislatura atual, em 2012. Consideramos aqui não apenas os deputados eleitos como titulares, mas também aqueles que assumiram o cargo no decorrer das Legislaturas. Avaliamos a evolução de quatro características: formação educacional, perfil profissional, filiação religiosa e patrimônio pessoal declarado. Na dimensão formação educacional verificamos o grau de escolaridade, a área de formação, o curso de formação, e o caráter público ou privado da última instituição de formação. Na dimensão profissional, analisamos a variação temporal das profissões mais frequentes entre as declaradas pelos deputados. Na dimensão filiação religiosa, observamos qual a crença declarada dos deputados bem como sua evolução ao longo do tempo e em perspectiva com o perfil religioso da população brasileira. Por fim, na última dimensão, verificamos o perfil patrimonial dos deputados bem como sua evolução no tempo. O artigo possui um caráter exploratório, na tentativa de propiciar as bases

1 O trabalho é um dos frutos do Projeto “Brasil, 25 anos de democracia – um balanço crítico”, do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas – NUPPs/USP. Agradeço aos bolsistas Caio Izaú, Vanessa Passos, Nina Simões, Kayli Cappucci, Daniel Vinha e Lucas Mingardi, bem como os coordenadores do projeto, Professores José Álvaro Moisés e Edison Nunes. Gostaria também de agradecer imensamente ao colega de Departamento e pesquisador do NUPPs Fabricio Vasselai pela contribuição no tratamento dos dados.

para uma análise diacrônica do perfil sociológico dos Deputados Federais brasileiros.

Palavras chave: Câmara dos Deputados, perfil, educação, religião, profissão, patrimônio.

1. INTRODUÇÃO

Nosso principal objetivo neste artigo é apresentar uma descrição de diferentes dimensões do perfil biográfico dos deputados federais brasileiros desde a redemocratização (1986-2012). Ao trabalhar com Deputados que assumiram seus cargos de 1986 a 2012, isso nos permite analisar tendências encontradas no período. Nesse sentido, essa análise possui um caráter exploratório, na tentativa de preencher uma lacuna importante da Ciência Política brasileira e suscitar algumas hipóteses a respeito da qualidade da representação política no Brasil. A literatura reconhece que o perfil sociológico dos deputados tem passado por transformações – por exemplo Rodrigues (2006), apontando o crescente número de ex-sindicalistas que adentraram na esfera política na última década (Rodrigues, 2006)- mas não há uma análise longitudinal de diferentes dimensões que podem ser exploradas nesta temática. De sorte que conhecemos pouco sobre o perfil dos representantes brasileiros na Câmara Baixa.

No intuito de preencher parte dessa lacuna, apresentaremos dados biográficos dos deputados brasileiros que passaram pela Câmara desde 1986 nas seguintes dimensões: formação educacional (subdividida em grau de escolaridade, área de formação, curso de formação e o caráter público ou privado da instituição formação superior ou tecnológica), perfil profissional, filiação religiosa e perfil patrimonial. Nosso texto se organiza em cinco seções: após esta introdução, apontamos a literatura que tem trabalhado com os temas aqui abordados e qual a fundamentação teórica que nos orienta. Em seguida, apontamos alguns aspectos metodológicos que orientaram nossa coleta e processamento dos dados. Na quarta seção apresentamos análises detalhadas de cada uma das macro-dimensões aqui tratadas e por fim, tecemos considerações finais acerca do tema deste artigo.

2. A QUALIDADE DA DEMOCRACIA E OS ESTUDOS SOBRE OS LEGISLADORES BRASILEIROS

Segundo Diamond e Morlino (2005), para que obtivéssemos um regime democrático de qualidade, isto implicaria na satisfação das expectativas dos cidadãos no que concerne a governança (qualidade nos resultados), num regime que permitisse aos cidadãos, às associações e às comunidades desfrutarem de extensa liberdade e igualdade política (qualidade de conteúdo) e, por fim, que proporcionasse um contexto em que todos os cidadãos possam julgar as ações do Estado mediante eleições e em que também houvesse controle recíproco entre as instituições e os funcionários públicos (qualidade no processo). Seu modelo teórico envolve oito dimensões nas quais a democracia varia em qualidade: primado da lei, participação, competição, *accountability* vertical e horizontal, respeito pelas liberdades civis/políticas, implementação progressiva de igualdade política e, por último, *responsiveness* (pp. xiv-xxxí).

A ciência política tem amplamente aplicado este modelo teórico na tentativa de elaborar uma reflexão acerca do estágio atual das democracias na América Latina e uma agenda de pesquisa sobre o caso brasileiro está em curso (Hagopian, 2005; Moisés, 2010; Rennó, Smith, Layton e Batista, 2011)². O Poder Legislativo cumpre um papel central para a qualidade de muitas das dimensões citadas aqui anteriormente (como *accountability* e *responsiveness*) mas como apontou Moisés (2011, p.6), há ainda um conjunto relevante de outras dimensões do desempenho do Congresso Nacional cujo conhecimento pode contribuir para a avaliação da qualidade da democracia brasileira. A literatura vem atentando pouco para a importância da qualidade da democracia praticada pelos países para além do funcionamento de suas instituições e parte dessa “qualidade” tem a ver precisamente com a qualidade da representação parlamentar escolhida pela população. É neste ponto que este artigo se insere. É através dos parlamentares que as preferências da sociedade serão incorporadas pelo sistema de representação e o perfil destes parlamentares influencia diretamente nas políticas públicas que serão apresentadas e apreciadas pelo Poder Legislativo.

2 Cabe ressaltar também a inauguração recente do site <http://qualidadedemocracia.com.br>

Há duas dificuldades que se colocam àqueles que se propõem a estudar o tema: a sua abordagem multidimensional da democracia e a dificuldade de se encontrar indicadores empíricos para mensurarmos cada dimensão (Diamond e Morlino, 2005; Levine e Molina, 2007). Nesse sentido, contribuímos para esta agenda nos focando num aspecto até então não abordado pelo modelo teórico em discussão e com uma série de indicadores possíveis de serem explorados: o perfil biográfico dos deputados federais brasileiros e a qualidade da representação sociopolítica da Câmara.

Evidentemente, é difícil e arbitrário estabelecer de antemão qual é o bom parlamentar ou o que efetivamente seria uma “representação de qualidade” para a nossa democracia (até pelo fato de estarmos fazendo uso de uma contribuição pioneira para o modelo). Alguns argumentariam que seria aquela em que os deputados refletissem de maneira fiel o desenho social da sociedade brasileira. Outros, que seria aquela em que os deputados representam o que há de melhor nela, independentemente do fato de terem uma condição social melhor que a média da população (em seu nível educacional, por exemplo). Neste ponto, cabe ressaltar que nossa contribuição se dá no sentido de procurarmos conhecer melhor as características desses parlamentares, de maneira que nos seja possível compreender qual o padrão de escolha feito pelos eleitores (caso haja efetivamente um padrão) e assim suscitarmos o debate sobre o tema da representação político-sociológica dentro do modelo da Qualidade da Democracia para o Brasil.

A representação política das minorias por si só é um fator importante para um regime democrático de qualidade e já fora apontado anteriormente por outros autores (por exemplo, Lijphart, 2003, Diamond e Morlino, 2005, assim como o capítulo assinado por Moisés e Sanchez aqui nesta obra, destacando a importância de uma representação de gênero equitativa). Assim, optamos aqui pela abordagem diacrônica de múltiplas dimensões, a fim de examinarmos se há algum movimento em curso no sentido de expressar uma maior igualdade na representação política da Câmara dos Deputados.

Os estudos a respeito dos perfis dos parlamentares brasileiros costumam ter um escopo bastante restrito na Ciência Política brasileira e ainda não representam uma agenda de pesquisa tão consolidada quanto outras áreas. As análises geralmente se focam em apenas uma Legislatura, concentram-se em uma determinada característica dos parlamentares, ou apenas

procuram comparar os eleitos em duas legislaturas distintas. Muito dessa restrição nas análises se baseia na dificuldade de conseguir dados para uma ampla gama de elementos que compõe o perfil de um parlamentar (Neiva e Izumi, 2012), um obstáculo que pudemos superar.

Um dos poucos pesquisadores a se dedicar ao tema já há algum tempo é Leôncio Rodrigues. Suas pesquisas tiveram início quando ainda da Constituinte, com a publicação de “Quem é quem na Constituinte” (1987). Em sua obra, o autor elabora um amplo perfil de quem foram os deputados federais que compuseram a nossa mais recente Constituinte. Entre as dimensões analisadas para se traçar um perfil social daqueles deputados, temos: sua idade, a proporção de mulheres, o grau de instrução, e a profissão auto-declarada. Entre seus achados, consta que 87% dos Constituintes possuíam nível superior de Ensino, 44% se encontram na faixa dos 40 anos de idade, 5% eram mulheres, e 50% exerciam profissão classificada como intelectual antes de entrar para a classe política (profissionais liberais e demais atividades que requerem nível elevado de saber e/ou conhecimento especializado).

Em sua segunda obra (2002) o autor tratou da composição social da 51ª Legislatura, eleita em outubro de 1998, na qual o autor traça “as bases sociais” de seis partidos na Câmara dos Deputados: PPB, PFL, PMDB, PSDB, PDT e PT. São analisadas três dimensões: ocupação/profissão, patrimônio e instrução, através das quais o autor investiga se os partidos aqui citados anteriormente se diferenciam não apenas ideologicamente, mas também quanto aos segmentos sociais neles representados. Em seu estudo seguinte (2006), o foco de Rodrigues recaiu sobre as transformações na composição sócio-profissional dos partidos na Câmara e suas novas fontes de recrutamento político. Nessa obra, o autor sustenta a tese de que houve um processo relativo de “popularização da representação política”, comparando-se os eleitos para a 51ª Legislatura com os eleitos para a 52ª. Observa-se uma redução do espaço ocupado por políticos das classes mais altas em termos de renda, educação e status assim como uma ascensão de políticos oriundos de alguns estratos das classes média e baixa. Daí advém as novas fontes de recrutamento dos partidos, sobretudo aqueles envolvidos com os meios de comunicação, aqueles que advém das Igrejas Neopentecostais (pastores e bispos) e por fim os sindicalistas.

Há poucas pesquisas que adotam uma perspectiva de longo prazo ou em perspectiva comparada dentro desta temática na Ciência Política brasileira. Uma das exceções foi Marengo dos Santos (1997), em cujo trabalho o autor analisa possíveis mudanças nos padrões de recrutamento parlamentar durante cinco décadas. O autor examina os dados biográficos de deputados federais brasileiros em oito legislaturas, durante os dois ciclos democráticos — 1946/62 e 1986/94. Ao analisar a trajetória política dos deputados deste período, Marengo acaba por apontar alguns achados interessantes, por exemplo, a mudança no perfil dos “funcionários públicos” recrutados pelos partidos para compor as legislaturas pós-redemocratização em perspectiva comparada com o primeiro ciclo democrático. Em sua segunda análise, Marengo dos Santos e Serna (2007) comparam a composição social de cinco partidos brasileiros com determinados partidos da América do Sul (Chile e Uruguai). Seu objetivo é oferecer uma explicação dos diferentes padrões de recrutamento legislativo comparando os partidos de esquerda e de direita. Apesar de uma contribuição interessante para a literatura, seu estudo compreende apenas a Legislatura que toma posse a partir de 2002, a mesma analisada por Rodrigues (2006). Nesta mesma temática, Santana (2008) trata do perfil, da trajetória e da ambição política dos legisladores em quatro países do Cone Sul: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. No que concerne o perfil sociopolítico dos legisladores brasileiros, a autora apresenta o grau de escolaridade, o perfil profissional e a distribuição de gênero para o período de 1990 a 2002 em perspectiva comparada com os outros países.

Outra análise de longo prazo que trata do perfil dos Deputados brasileiros é o estudo de Santos (2000). O autor apresenta uma ampla análise, de 1946-1999, analisando a distribuição dos Deputados em torno de quatro eixos (distribuição de gênero, idade, grau de escolaridade e curso superior) para testar se o governo militar teria modificado o padrão de recrutamento dos legisladores. O autor já aponta que havia um declínio na proporção daqueles que possuíam um diploma de nível superior em Direito e que a proporção de mulheres tenderia ao crescimento no longo prazo. Aspectos estes que nos propomos a observar cobrindo todo o período pós-redemocratização.

Há também que citar dois estudos mais recentes que tratam do processo de seleção dos candidatos nas eleições para a Câmara dos Deputados, ao invés dos padrões de recrutamento político desta classe. No primeiro deles, Perissinoto e Miríade (2009) comparam o perfil dos candidatos a deputado federal nas eleições de 2006 e o dos que foram efetivamente eleitos em cinco dimensões: idade, sexo, ocupação, escolaridade e gasto com a campanha eleitoral. Entre seus achados, observam que nesta eleição específica a proporção entre candidatos e eleitos que se declararam funcionários públicos é bastante distinta, que 80,5% dos deputados eleitos no país em 2006 tinham curso superior completo e que, ao final, algumas variáveis societais são importantes para aumentar a chance de sucesso eleitoral, sobretudo no que se refere ao exercício de determinadas ocupações. O segundo estudo recente a ser apontado é Braga, Veiga e Miríade (2009), que também analisam o perfil dos políticos candidatos e dos eleitos nas eleições de 2006 nas mesmas dimensões citadas aqui anteriormente (excluindo-se o gasto com campanha e incluindo-se o patrimônio declarado), centrando sua análise na influência das lideranças partidárias na composição da lista de candidatos de alguns partidos e qual o perfil social e ocupacional destes candidatos eleitos.

Também encontramos algumas pesquisas que se restringiram especificamente a um determinado aspecto social dos políticos. O jornalista Fernando Rodrigues (2006), por exemplo, fez um vasto levantamento a respeito do patrimônio declarado dos candidatos eleitos para as 51ª e 52ª Legislatura (as mesmas comparadas por Rodrigues, 2006). Carneiro (1996) analisa certos aspectos a respeito de uma possível “bancada evangélica”. Carneiro, Mignozzetti e Moreira (2011) trataram da coesão de uma possível “bancada da segurança” (Deputados que em algum momento de sua carreira estiveram ligados à área de Segurança Pública) atuando nas Legislaturas 50ª, 51ª e 52ª. Silva (2002) estuda as clivagens do grupo empresarial eleito para a Câmara dos Deputados em sua 51ª Legislatura. E muitos outros trataram da participação das mulheres na Câmara e da distribuição de gênero das cadeiras, por exemplo Alves e Cavenaghi (2009), que analisaram o déficit democrático de gênero no Brasil, comparando a participação das mulheres na 50ª Legislatura com a porcentagem de mulheres no eleitorado brasileiro.

Por fim, cabe aqui o registro de duas pesquisas que também trataram do perfil sociológico dos políticos brasileiros mas que centraram sua análise no Senado. É o caso de recente artigo de Neiva e Izumi (2012), que analisaram as transformações no perfil educacional dos Senadores de 1987 a 2006. Assim como a pesquisa de Lemos e Ranincheski (2008), na qual as autoras apresentam alguns dados socioeconômicos dos senadores brasileiros da década de 90 (idade, nível de instrução e distribuição de gênero), verificando, entre outras coisas uma diversificação na socialização intelectual dos parlamentares.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa sobre a qual se baseia este artigo teve como fonte primária uma série de informações cedidas pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados – CEDI, que por sua vez servem como base para as publicações “Repertórios biográficos dos Deputados Brasileiros”, editados pela Câmara a cada legislatura. Todas as informações aqui apresentadas são autodeclaradas. Ou seja, os dados se baseiam nas informações que os próprios deputados forneceram à Câmara dos Deputados quando da sua posse em cada Legislatura.

Os parlamentares que nos serviram como base são todos aqueles que em algum momento participaram das referidas legislaturas, e não necessariamente apenas aqueles que tomaram posse após as eleições. Levamos em consideração aqueles deputados que durante algum momento assumiram o cargo de titular na Câmara, seja assumindo temporariamente durante a suplência de um titular, seja assumindo efetivamente por conta de afastamento ou cassação de outro deputado. Nesse sentido, podemos elaborar uma radiografia mais ampla e minuciosa de todos os Deputados que estiveram presentes da 48ª Legislatura até metade da 54ª Legislatura. Assim, para cada legislatura teremos um número de deputados maior que os 513 titulares.

Não havia uma padronização da informação que nos foi fornecida e como cada deputado poderia responder o que bem quisesse para cada uma das dimensões que utilizamos, os dados tiveram que passar por um minucioso tratamento, fazendo uso de fontes secundárias de informação sobre

os deputados, como o site da Câmara dos Deputados, o TSE ou o site pessoal de cada parlamentar³.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Estiveram em disputa, ao todo, 3555 vagas na Câmara dos Deputados neste período: 487 cadeiras na 48ª Legislatura, 503 cadeiras na 49ª Legislatura e 513 cadeiras em cada uma das legislaturas entre a 50ª e a 54ª. No total, as 3555 vagas disputadas foram ocupadas por 2265 deputados diferentes, entre eleitos e suplentes que assumiram. Este será o universo de casos aqui tratado.

4.1 Formação Educacional

A primeira dimensão a ser analisada é a *formação educacional* dos deputados na qual apresentaremos os resultados em quatro níveis de análise: grau de escolaridade, área de formação, o curso de formação (caso ele possua Ensino superior ou técnico), e por fim o caráter da instituição de ensino (se Pública ou Privada). Antes de passarmos aos dados, cabe fazer uma observação: os deputados podem possuir mais de um grau de escolaridade (por exemplo, Ensino Superior incompleto e Ensino Técnico completo, ou ainda Ensino Superior completo e Ensino Técnico completo), por isso o número de casos somará acima dos 100%.

O resultado agregado a respeito do grau de escolaridade máximo para os deputados de todas as legislaturas aqui tratadas nos permite observar que o nível educacional dos Deputados Federais brasileiros é bastante alto: no total, 77,3% dos deputados possuíam o Ensino Superior completo, além de 9,6% que declararam ter o Ensino Superior incompleto. Ademais, outros 7,3% que declararam possuir o Ensino Técnico completo; 3,2% que declaram possuir o Ensino Médio completo e 1,5% que declararam possuir o Ensino Fundamental completo.

3 Cabe citar também o trabalho do jornalista Fernando Rodrigues, disponível *online* no site <http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/>

Ao desagregarmos essas informações por legislatura, podemos observar algumas tendências interessantes (Tabela 1). O grau de escolaridade predominante dos deputados sempre foi o Ensino Superior Completo porém há uma fraca tendência (mas que ainda assim é notável) de diversificação na formação educacional dos deputados brasileiros. A formação “Ensino Superior incompleto” tem crescido ao longo do período enquanto a maioria das porcentagens tem variado para baixo.

Tabela 1. Grau de escolaridade desagregado por Legislatura (1986-2012)

Grau de escolaridade	Leg 48		Leg 49		Leg 50		Leg 51		Leg 52		Leg 53		Leg 54	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Ensino Superior completo	501	85,1%	497	81,2%	497	77,9%	517	80,2%	495	78,8%	488	76,7%	439	75,7%
Ensino Superior incompleto	31	5,3%	49	8%	67	10,5%	91	14,1%	97	15,4%	93	14,6%	56	9,7%
Ensino Técnico completo/incompleto	30	5,1%	35	5,7%	61	9,5%	55	8,6%	51	8,2%	50	7,9%	42	7,3%
Ensino Médio completo/incompleto	14	2,4%	27	4,4%	24	3,8%	21	3,3%	18	2,9%	18	2,8%	16	2,8%
Ensino Fundamental completo/incompleto	1	0,2%	16	2,6%	9	1,4%	11	1,8%	11	1,7%	11	1,8%	10	1,8%
Carreira Militar	8	1,4%	7	1,1%	5	0,8%	8	1,2%	5	0,8%	5	0,8%	3	0,5%
Sem Info	41	7,0%	22	3,6%	39	6,1%	25	3,9%	28	4,5%	50	7,9%	66	11,4%
Total de Deputados com informação	589		612		638		645		628		636		580	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados cedidos pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Além disso, considerando-se apenas os deputados que possuem Ensino Superior completo, Ensino Superior incompleto, Ensino Técnico completo e Ensino Técnico incompleto (que correspondem à grande maioria no período aqui considerado), a distribuição dos cursos por grandes áreas da Ciência em caráter agregado e discriminado por legislatura encontra-se

na Tabela 2. Observa-se que há uma larga predominância dos cursos que integram a área de Humanas (acima de 61,8% para o período total), com a área de Exatas no segundo lugar (com 33,6%) e a área de Biológicas em terceiro (15,4%). Desagregando as informações por cada Legislatura, nota-se que a área de Humanas teve um pequeno decréscimo, sobretudo nas três primeiras legislaturas aqui tratadas, às custas de um aumento das outras duas áreas, principalmente a de Exatas.

Tabela 2. Área do conhecimento desagregada (1986-2012)

Área do conhecim.	Leg 48		Leg 49		Leg 50		Leg 51		Leg 52		Leg 53		Leg 54		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Humanas	372	69,3%	348	62,6%	334	55,8%	362	60,4%	345	59,3%	326	58,8%	280	58,7%	61,8%
Exatas	156	29,1%	181	32,6%	211	35,2%	206	34,4%	201	34,5%	199	35,9%	173	36,3%	33,6%
Biológicas	59	11,0%	78	14%	101	16,9%	105	17,5%	105	18%	94	17%	70	14,7%	15,4%
Sem info.	9	1,7%	17	3,1%	39	6,5%	19	3,2%	17	2,9%	11	2%	9	1,9%	2%
Deputados com info.	537		556		599		599		582		554		477		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados cedidos pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Nosso próximo nível de análise trata de responder a questão a respeito de quais são os cursos nos quais estes deputados mais se formam. Já sabemos que os cursos da área de Humanas são predominantes, mas mais especificamente, quais seriam eles? Em estudos recentes a respeito da classe política na Câmara e no Senado, Santos (2000) e Neiva e Izumi (2012) observaram que os profissionais formados em Direito vem perdendo espaço para políticos com formações variadas nas últimas legislaturas. O mesmo, aliás, vem ocorrendo em democracias europeias (Dogan, 2003).

Foram ao todo 73 cursos distintos nos quais os deputados cursaram (concluindo ou não) o Ensino Superior. A seguir, os resultados para essa dimensão de maneira agregada (todos os cursos que possuíam uma frequência abaixo de 1,00% foram incluídos na categoria “Outros”).

Tabela 3. Cursos de formação (superior ou técnica)

	N	%
Direito	812	35,80%
Medicina	234	10,30%
Administração	174	7,70%
Economia	170	7,50%
Engenharia Civil	122	5,40%
Contabilidade	115	5,10%
Agrícolas*	372	3,30%
Filosofia	55	2,40%
Teologia	54	2,40%
Ciências Sociais	55	2,40%
Engenharias**	45	2,00%
Letras	44	1,90%
História	41	1,80%
Pedagogia	41	1,80%
Jornalismo	28	1,20%
Eng. Mecânica	26	1,10%
Comunicações	25	1,10%
Odontologia	23	1,00%
Outros	321	13,90%
Total de Deputados	2265	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados cedidos pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

* Na categoria “Agrícolas” incluímos todos aqueles cursos superiores relacionados à atividade agropecuária

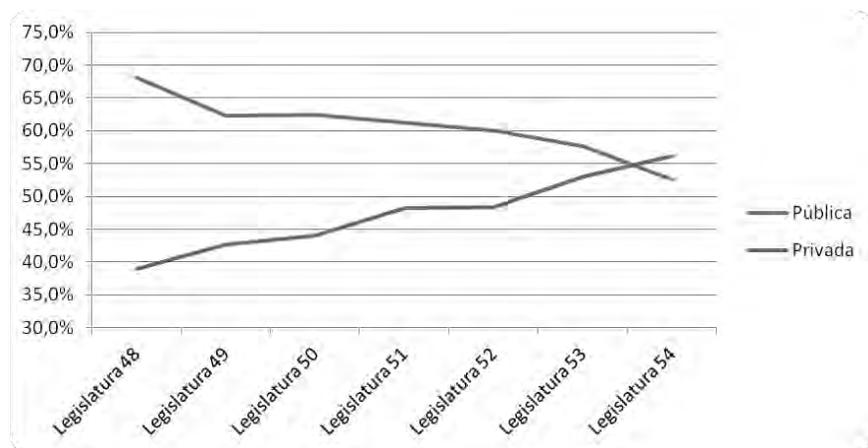
** Na categoria “Engenharias” incluímos todos aqueles cursos superiores relacionados a esta área que não fossem Engenharia Civil nem Mecânica

Algumas informações devem ser destacadas desta última tabela. Nota-se que a porcentagem de Deputados formados em Direito é predominante para o período, representando 35,8%, ainda que venha caindo com o passar das Legislaturas (na 48ª, 46,9% dos Deputados possuía essa formação, enquanto que na Legislatura atual, são 30,3%). A formação em Medicina compõe 10,3% dos Deputados e se manteve estável para todo o período, ainda que com uma variação que alcançou 13,6% na 51ª Legislatura. Os formados em Administração, que representam 7,7% daqueles que possuem

Ensino Superior (completo ou incompleto), tem crescido com o passar do período, passando de 5,9% para 8,6%. A porcentagem daqueles formados em alguma área das Engenharias (aqui todas agregadas) se manteve estável e por fim, notamos ainda um aumento na diversidade da formação dos Deputados: de 4 cursos efetivos na legislatura 48, passou-se para 8,2.

Nosso último nível de análise para a formação educacional dos deputados é o caráter da instituição na qual cursaram o Ensino Técnico ou Superior, na qual consideramos se esta instituição é pública ou privada. Com referência a estes dados, observa-se um interessante aspecto: há uma gradual inversão na porcentagem entre aqueles que frequentaram instituições privadas e aqueles que frequentaram instituições públicas de ensino. Enquanto na Legislatura 48 a maioria dos parlamentares tinha frequentado instituições públicas, em torno de 68,1%, essa tendência vai se invertendo com o passar das legislaturas, alcançando sua inversão na Legislatura atual (Gráfico 1)⁴.

Gráfico 1. Caráter da Instituição desagregado (1986-2012)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados cedidos pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

4 Como desdobramento deste último nível de análise, uma outra observação interessante. As cinco instituições que mais “formaram” Deputados Federais, em ordem decrescente, desde a redemocratização foram as seguintes: USP, UFBA, UFMG, UFPE e UFRJ.

Os resultados a respeito da dimensão *formação educacional* nos permitem levantar algumas conclusões. Em geral, como apontaram Neiva e Izumi (2012), os estudos sobre elites parlamentares mostram que elas estão em situação privilegiada em relação à população que representam (Patterson, 1968; Verner, 1974; Jahan, 1976; Uriarte, 1997; Serna, 2009). Os parlamentares têm um nível educacional mais alto e ocupações de status maior. Esta relação entre classe política e sociedade se aplica ao caso brasileiro? Nossa conclusão é que sim.

As análises a respeito dos indicadores educacionais no Brasil mostram que nas últimas décadas o país tem passado por uma significativa melhora nos indicadores quantitativos de educação básica, enquanto que a expansão de vagas no ensino Superior não tem acompanhado este ritmo (Barros *et al.*, 2007). Haveria um “gargalo” na passagem do Ensino Médio para o Ensino Superior, no qual cerca de 75% dos jovens entre 18 e 24 anos que terminaram o ensino médio não ingressaram na Universidade (dados referentes a 2006). Em se tratando do grau de escolaridade da população com 25 anos ou mais de idade, segundo dados do IBGE (censos 2000 e 2010), a porcentagem de indivíduos com diploma de Ensino Superior vem crescendo: enquanto que em 2000 eles compreendiam 6,8% da população, em 2010 correspondem a 10,8% das pessoas. Para além desse fato, a participação das instituições privadas de Ensino Superior é elevada e crescente no caso brasileiro, tendo passado de 56% em 1994 para 72% das matrículas totais em 2004, e de 63% para 78% no caso das matrículas iniciais (INEP, 2005).

O crescimento na participação das instituições privadas de Ensino Superior vem se refletindo na Câmara dos Deputados chegando a superar as Instituições Públicas no que se refere ao caráter das instituições que vem formando os Deputados brasileiros. Em 2004, durante a 52ª Legislatura, a Câmara dos Deputados apresentava 48,4% de Deputados que haviam cursado seu ensino superior em uma instituição privada enquanto que essas instituições correspondiam a 78% das matrículas iniciais no Ensino Superior (INEP, 2005)⁵.

5 É digno de nota que neste mesmo ano de 2004 foi implantado o Programa Universidade Para Todos (ProUni), que concede bolsas de estudos em instituições privadas de Ensino Superior. O Programa pode ter exercido um efeito mais tardio no perfil educacional dos deputados brasileiros.

4.2 Perfil profissional

A segunda dimensão considerada será a *profissão* dos deputados. Primeiramente, apresentamos a seguir na Tabela 4 o resultado agregado, para todas as Legislaturas das 34 profissões mais exercidas pelos Deputados. Cabe lembrar que vale aqui uma ressalva similar à seção anterior deste trabalho: há Deputados que efetivamente exercem mais de uma profissão (por exemplo, Médicos que também são professores Universitários). Assim, a soma das porcentagens será acima de 100%.

Tabela 4. Profissão agregada

Profissão	Frequência	Porcentagem
Empresário	509	22,50%
Advogado	490	21,60%
Professor	474	20,90%
Agronegócio	246	10,90%
Médico	237	10,50%
Administrador	196	8,70%
Engenheiro	169	7,50%
Servidor Público	149	6,60%
Economista	120	5,30%
Comunicador	118	5,20%
Trabalhador manual urbano	95	4,20%
Trabalho vinculado ao Poder Judiciário	72	3,20%
Jornalista	68	3,00%
Bancário	64	2,80%
Profissão religiosa	52	2,30%
Agrônomo	43	1,90%
Trabalhador manual rural	36	1,60%
Policia	33	1,50%
Militar	29	1,30%
Trabalho vinculado a Contabilidade	25	1,10%
Artes/Entretenimento	22	1,00%
Dentista	16	0,70%
Veterinário	16	0,70%
Arquiteto	13	0,60%
Pedagogo	9	0,40%
Assistente Social	8	0,40%
Psicólogo	8	0,40%

EF/Esportes	7	0,30%
Área Farmacêutica	6	0,30%
Diplomata	5	0,20%
Enfermeiro	4	0,20%
Área da Computação	4	0,20%
Assistente social	2	0,10%
Biólogo	1	0,00%
Outros	61	2,70%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados cedidos pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

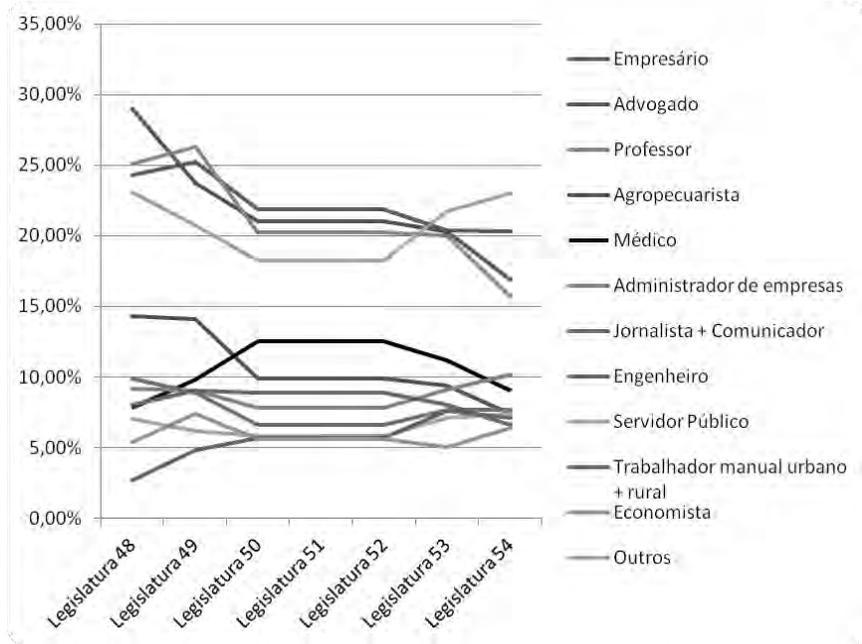
Nota-se que a profissão mais exercida pelos Deputados para o período como um todo é a de Empresário, seguido por Advogados e Professores nas três primeiras posições. Porém, tal resultado poderia mascarar algumas tendências interessantes para esse período, afinal, o resultado esperado segundo a literatura seria o declínio dos Advogados. Dessa forma, agregamos algumas profissões que se assemelhavam e as porcentagens residuais (que se repetiam em múltiplas Legislaturas) e as agregamos na categoria Outros. Os resultados se encontram a seguir, na Tabela 5 e no Gráfico 2.

Tabela 5. Profissões mais exercidas desagregadas por Legislatura (1986-2012)

	Legislatura 48	Legislatura 49	Legislatura 50	Legislatura 51	Legislatura 52	Legislatura 53	Legislatura 54
Empresário	24,30%	25,20%	21,90%	21,90%	21,90%	20,40%	20,30%
Advogado	29,00%	23,70%	21,00%	21,00%	21,00%	20,30%	16,90%
Professor	25,10%	26,30%	20,20%	20,20%	20,20%	20,00%	15,70%
Agropecuária	14,30%	14,10%	9,90%	9,90%	9,90%	9,40%	7,40%
Médico	7,80%	9,80%	12,50%	12,50%	12,50%	11,20%	9,00%
Administrador de empresas	9,20%	9,00%	7,80%	7,80%	7,80%	9,10%	10,20%
Jornalista + Comunicador	9,90%	8,90%	6,60%	6,60%	6,60%	7,70%	7,70%
Engenheiro	8,00%	9,00%	8,90%	8,90%	8,90%	8,00%	6,60%
Servidor Público	7,00%	6,20%	5,80%	5,80%	5,80%	7,10%	7,40%
Trabalhador manual urbano + rural	2,70%	4,80%	5,70%	5,70%	5,70%	7,60%	7,10%
Economista	5,40%	7,40%	5,60%	5,60%	5,60%	5,00%	6,40%
Outros	23,10%	20,70%	18,20%	18,20%	18,20%	21,70%	23,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados cedidos pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

Gráfico 2. Profissões mais exercidas desagregadas por Legislatura (1986-2012)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados cedidos pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

A partir dos dados desagregados, é possível fazer algumas observações importantes. Primeiro, nota-se que as três profissões que no início do período eram hegemônicas – Empresários, Advogados e Professores – apresentam uma gradual tendência de queda. Houve também uma inversão na ordem das três: enquanto no princípio do período os Advogados predominavam na Câmara, rapidamente eles foram ultrapassados pelos Empresários, que se tornaram a profissão predominante. Essa diminuição da presença dos Advogados aproxima o caso brasileiro dos achados a respeito do perfil da classe política europeia, que notam uma diminuição gradual daqueles deputados que declaram como sua primeira profissão a Advocacia (Cotta e Best, 2000). De acordo com Perissonoto e Miriade (2009) não há novidades no resultado, haja visto que Advogados e Empresários (mais os primeiros do que os segundos) são grupos ocupacionais encontrados com alguma frequência nos parlamentos do mundo (Dogan, 1999; Fernández,

1970; Rodrigues, 2002). A grande novidade aqui é observar que estas profissões gradativamente têm perdido espaço na Câmara dos Deputados. Além disso, outra área que também apresenta uma forte tendência de queda ao longo do período são aqueles profissionais que estão vinculados a Agropecuária (os produtores rurais e criadores de animais).

Por outro lado, cabe destacar outras tendências interessantes encontradas. A queda das profissões anteriormente destacadas se deu às custas de um pequeno crescimento de várias outras profissões, por exemplo, os Economistas. Os profissionais classificados como “Trabalhadores manuais rurais e urbanos” apresentaram uma forte tendência de crescimento, mais do que dobrando a sua porcentagem ao longo do período. Por sua vez, os “Comunicadores e Jornalistas” apresentam uma tendência de queda ao longo do período, afastando nossos achados dos resultados encontrados por Rodrigues (2006). Ao mesmo tempo, as profissões agregadas na categoria “Outros” mantiveram-se em um mesmo patamar ao longo de todo o período.

A fim de verificarmos melhor o que estaria ocorrendo com a miríade de profissões declaradas pelos deputados, checamos também qual o Número Efetivo de profissões exercidas pelos Deputados para este período (o índice foi calculado de modo análogo àquele por Lakso e Taagepera (1979). O indicador é frequentemente utilizado em estudos comparativos sobre sistemas eleitorais e sistemas partidários e nos permite uma visualização mais clara de quantas profissões têm peso entre aquelas que vêm sendo declaradas pelos deputados.⁶ De fato, é possível notar que o número efetivo de profissões vem crescendo no período, partindo de 3,7 para 7:

Tabela 6. Número efetivo de profissões por Legislatura (1986-2012)

	Legislatura 48	Legislatura 49	Legislatura 50	Legislatura 51	Legislatura 52	Legislatura 53	Legislatura 54
Valor	3,7	3,9	5,4	5,4	5,4	5,6	7

Fonte: *Elaboração própria a partir de dados cedidos pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.*

6 O índice é calculado pela fórmula $NEP = 1/\sum p^2 i$, onde p é a proporção de votos obtida pelo partido i .

4.3 Perfil religioso

A terceira dimensão sobre a qual apresentaremos resultados é a respeito do *perfil religioso* dos deputados federais⁷. Consideraremos apenas aqueles deputados que declararam alguma religião: isso não necessariamente implica dizer que os que não declaram sejam ateus ou agnósticos, eles podem apenas ter optado por não tornar tal informação pública.

Observando os dados agregados para todas as legislaturas, nota-se que a maioria dos deputados que passaram pela Câmara se declaram católicos, seguindo o padrão, portanto, da própria população brasileira, da qual 64,6% se disseram católicos no mais recente Censo do país (IBGE, 2010). No total, foram 70,5% dos Deputados do período que se declararam Católicos frente a 10,1% que se declararam filiados a religiões Protestantes e 0,9% que se declararam da religião Espírita. Por outro lado, esta informação de maneira agregada pode mascarar certas tendências, também observadas na sociedade brasileira (como o crescimento dos que se declaram de alguma religião Protestante).

Dessa maneira, ao desagregarmos as informações por legislatura e descermos em nosso nível de análise, notamos a seguinte distribuição:

Tabela 7. Religiões dos deputados que informaram sua filiação religiosa (1986-2012)

	Leg_48		Leg_49		Leg_50		Leg_51		Leg_52		Leg_53		Leg_54	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Católica	350	87,7%	450	88,6%	514	87,9%	528	85,9%	488	82,6%	468	79,1%	414	77,8%
Protestante	39	9,8%	41	8,1%	47	8,0%	55	8,9%	71	12,0%	82	13,9%	79	14,8%
Espírita	4	1,0%	6	1,2%	4	0,7%	6	1,0%	6	1,0%	7	1,2%	7	1,3%
Outras	6	1,6%	11	2,2%	20	3,5%	26	4,2%	26	4,3%	35	5,9%	32	6,0%
N. Deputados	399		508		585		615		591		592		532	
Sem info.		32,3%		17,0%		8,3%		4,7%		5,9%		6,9%		8,2%

Fonte: *Elaboração própria a partir de dados cedidos pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.*

7 Quanto aos dados referentes a esta dimensão, gostaríamos de agradecer ao cientista político Vinicius Saragiotto M. Do Valle, colega de departamento que nos auxiliou na classificação das religiões.

Nota-se que a proporção de Deputados que se declaram Católicos tem decrescido gradativamente, passando de uma porcentagem máxima de 88,6% na 52ª Legislatura, para uma proporção de 77,8% na Legislatura atual. Em contrapartida, a proporção de Deputados que declararam pertencer a alguma religião Protestante (aí incluídos aqueles que se declaram apenas como sendo Evangélicos, os Evangélicos Pentecostais, Evangélicos Neopentecostais e Evangélicos históricos) tem crescido gradativamente, passando de uma proporção de cerca de 10% para cerca de 15%. Por sua vez, a proporção de Espíritas sempre se manteve em torno de 1,0% enquanto que outras religiões que não as citadas aqui anteriormente também têm crescido (aí incluídos os que se declaram como sendo apenas Cristãos, os Budistas, Judeus, Ecumênicos, Mórmons, Messiânicos e ainda os que se declararam como sendo de alguma religião Afro-brasileira).

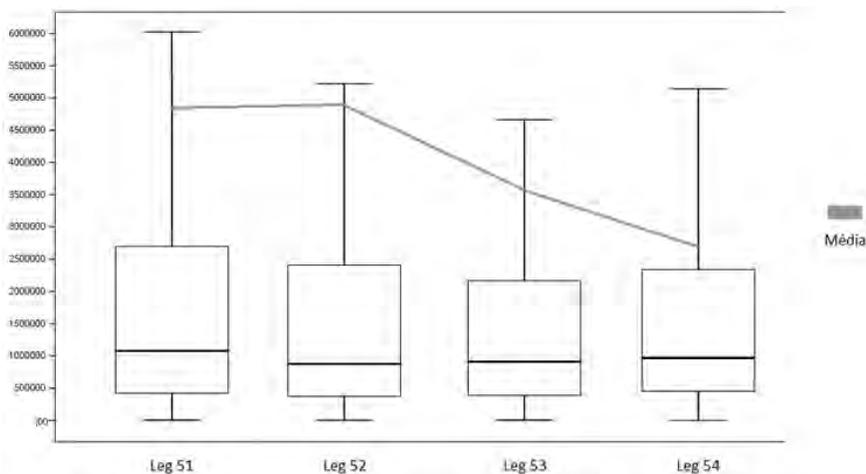
Segundo Mariano e Pierucci (1992) o marco histórico da imersão dos Evangélicos na esfera política brasileira foi a eleição de uma bancada de 33 parlamentares evangélicos para o Congresso Nacional Constituinte, em 1986. Comparativamente à legislatura anterior (a 47ª, não tratada aqui por nós), na qual havia apenas catorze evangélicos, tratava-se de um grande salto quantitativo. Observamos que para o período como um todo há um gradual crescimento da porcentagem desta categoria de Deputados. Seu crescimento, parece, vem seguindo o próprio crescimento dos seguidores dessas religiões na população em geral: o censo de 2010 acusava 22% de brasileiros evangélicos, contra 15,4% em 2000. Cabe ressaltar, ainda, que não parece haver um crescimento da chamada bancada evangélica, para além do crescimento de sua representatividade social básica. Em verdade, considerando a porcentagem da população que se declara evangélica, eles estão até mesmo subrepresentados na Câmara.

4.4 Patrimônio pessoal

Por fim, a última dimensão a ser tratada corresponde ao *patrimônio declarado* dos deputados e cabe aqui fazermos algumas observações antes de apresentarmos os dados. Trataremos apenas de quatro legislaturas, para as quais foi possível encontrar dados: as Legislaturas 51, 52, 53 e 54. Além disso, no caso dos deputados dessas 4 legislaturas para os quais eventual-

mente não possuímos informação sobre patrimônio pessoal, eles correspondem a duas possibilidades. Ou o deputado apresentou apenas os bens que possui em seu nome, não apresentando o seu valor; ou o deputado simplesmente não apresentou sua declaração de bens no momento de registrar sua candidatura. Para aqueles deputados que relataram não possuir bens em seu nome (incluindo valor depositado em conta bancária, títulos privados, etc), o registro foi feito. Além disso, os dados aqui apresentados foram corrigidos pela inflação acumulada para o período, atualizando os valores para junho de 2012, utilizando o índice de inflação INPC-IBGE.

Gráfico 8. Patrimônio declarado desagregado (1999-2012)



Fonte: Elaboração própria a partir de obtidos na base de dados “Políticos do Brasil”, disponível em <http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/>.

O gráfico acima mostra a distribuição dos valores dos bens declarados à Justiça Eleitoral pelos deputados de cada legislatura. O resultado mais notável nesse gráfico é a clara estabilidade no padrão dos valores dos bens dos deputados ao longo das legislaturas para as quais possuímos informações. Note-se que a mediana praticamente não se alterou em nenhuma legislatura, bem como o primeiro quartil. No entanto, cabe notar ainda que a média dos valores dos bens dos deputados apresentou forte queda na passagem da legislatura 52 para a legislatura 53 e também dessa para a seguinte (a legislatura atual). A forte discrepância entre médias e medianas nesses gráficos

indica que a média é, aqui, uma medida enganosa: está influenciada por *outliers* correspondentes a altos valores. Dado este fato, optamos por retirar dos gráficos os *outliers* para possibilitar a visualização dos *boxplots*, tão numerosos que eram ou de valores tão altos. Ou seja, deputados muitos ricos puxavam a média para cima e o fazem cada vez menos. Substantivamente, isso significa que, ao mesmo tempo em que as faixas de bens dos deputados eleitos vêm se mantendo constantes, os deputados de riqueza declarada muitíssimo acima de seus pares vêm se tornando mais raros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O parlamentar mediano encontrado na Câmara Federal no período de 1986 a 2012 foi tipicamente católico, com Ensino Superior completo e um patrimônio mediano de 1 milhão de reais (50% tiveram entre 500 mil e 2 milhões e meio de reais). É formado em Direito (36%), Medicina (10%) ou Administração (8%) e declara trabalhar como Empresário (22%), Advogado (22%), Professor (21%), Agropecuarista (10%) ou Médico (10%).

Tal como a literatura internacional sugere sobre o perfil dos parlamentares de outros países, os deputados brasileiros têm, em grande parte, grau de formação muito acima da média da população do país. Ainda que o volume de deputados com menor escolaridade tenha aumentado com o tempo e, mais importante, esteja ocorrendo uma diversificação dos cursos de formação dos deputados (de 4 cursos efetivos na legislatura 48, passou-se para 8,2 na atual), com uma queda nítida na presença de formados em direito. Uma modificação digna de nota é que houve uma inversão no tipo de Universidade que forma os deputados brasileiros: as instituições públicas declinaram e as privadas cresceram, tornando-se maioria.

Também acompanhando o processo macro histórico frequentemente apontado para outros países, os deputados brasileiros trabalham cada vez menos no agronegócio e cada vez menos como advogados. Também digno de nota é que um terço se declarou empresário ou administrador de empresas, tendência que vem caindo levemente. Também vem diminuindo o número de deputados que se declaram professores: chegaram a representar um quarto da Câmara na Legislatura 48 e hoje são cerca de 15%. Inversamente, vem crescendo a porcentagem dos que se declaram trabalhadores

manuais (do campo ou urbanos), embora não passem muito de 10% na Legislatura atual. Bem como vem crescendo a diversidade de profissões dos deputados como um todo: de 3,7 profissões efetivas, passou-se para 7 na Legislatura atual.

Essa tendência à diversificação é muito mais sutil em outras dimensões, como a religiosa. Do ponto de vista das religiões daqueles que declararam esta informação, enquanto o maciço predomínio católico (cerca de 90% dos deputados no início do período) vem apresentando tendência contínua de queda, ainda representam mais de três quartos dos parlamentares atuais. E se é verdade que os evangélicos vêm crescendo no mesmo sentido da porcentagem desses fiéis na população brasileira, ainda representam apenas 15% da bancada atual contra os 22% da população do país. De todo modo é possível dizer que houve alguma diversificação: de basicamente uma única religião representada na Câmara (número efetivo na legislatura 48 era de 1,3), agora há algo próximo de duas (número efetivo de 2,2).

Uma possibilidade de leitura mais geral desses dados é que no caso brasileiro, assim como vem ocorrendo no longo prazo em algumas democracias da Europa Ocidental (Hazan e Pennings, 2001; Scarrow et al., 2000; Cotta e Verzichelli, 2007; Cotta e Best, 2000), a classe política, mais especificamente na Câmara dos Deputados, vem passando por um gradual processo de diversificação nas suas características, aproximando-se gradativamente das características da sociedade brasileira. Este processo se verificaria mesmo com os índices de reeleição na Câmara dos Deputados tendo se mantido acima dos 50% para o período de 1986 a 2006 (Santos, 2011) – ainda que, se verdadeiro, reste em aberto interpretar as razões sociopolíticas dessas transformações (caso elas realmente ocorram), como tem feito a literatura a respeito do tema nas democracias mais antigas (tal como Cotta e Verzichelli, 2007 e Putnam, 1976). Também é importante ressaltar que esse processo de diversificação não se dá na mesma velocidade em todas as dimensões aqui tratadas pois enquanto algumas dimensões se modificam em ritmo mais lento, outras vem se transformando num ritmo mais acelerado nas últimas décadas.

O mais importante, porém, é recuperar a análise dos perfis dos deputados brasileiros, abrindo oportunidade para novas interpretações sobre quem vem sendo os representantes no Legislativo nacional e qual a

qualidade da nossa representação política, tarefas para as quais esperamos ter contribuído e estimulado com os dados aqui esboçados. O tema da representação é chave para o modelo teórico da Qualidade da Democracia e o perfil dos parlamentares influencia diretamente na maneira pela qual as preferências dos eleitores serão incorporadas pelo sistema de representação. Dessa forma, procuramos aqui explorar uma dimensão até então deixada de lado nos estudos sobre o caso brasileiro. Doravante, em nossas futuras pesquisas, refinaremos ainda mais esse material caminhando para o estabelecimento e o teste de novas hipóteses que possam explicar os processos aqui apresentados.

RAFAEL MOREIRA DARDAQUE MUCINHATO é mestrando em Ciência Política da USP, bolsista CAPES e pesquisador do NUPPS/USP. Email: rafael.mucinhato@usp.br

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. *Mulheres sem espaço no poder*. São Paulo: IPEA, 1999. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/09_03_17_Mulher-Politica_Ipea_Jeda_Smc.pdf
- BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R.; TAFNER, P. *Confusões em torno da noção de público: O caso da educação superior (provida por quem, para quem?)*. Sinais Sociais, v.2 nº5, Rio de Janeiro: Editora SESC, 2007.
- BRAGA, M. do S. S.; VEIGA, L. F.; MIRÍADE, A. 2009. Recrutamento e perfil dos candidatos e eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *RBCS*, v.24, p.123-142, 2009.
- BRASIL. *Deputados Brasileiros – Repertório Biográfico*, múltiplos volumes. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, (n.d.).
- CARNEIRO, L. P.; MIGNOZZETTI, U. G.; Moreira, R. 2011. O Poder Ausente: O Congresso Nacional e a Segurança Pública. In: MOISÉS, J. A. (org.). *O Papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2011.
- COTTA, M.; VERZICHELLI, L., 2007. Paths of institutional development and Elite transformations. In: BEST, H. e COTTA, M. (orgs.). *Democratic representations in Europe: diversity, change and convergence*. Oxford: Oxford University Press.
- COTTA, M.; BEST, H. Between professionalization and democratization: a synoptic view on the making of the European Representative. In: COTTA, M.; BEST, H. (orgs.), *Parliamentary representatives in Europe: 1848-2000: Legislative recruitment and careers in eleven European countries*, Oxford: Oxford University Press, 2000.
- DIAMOND, L.; MORLINO, L. (eds.). *Assessing the Quality of Democracy*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2005.
- DOGAN, M. *Elite Configurations at the Apex of Power*. Leiden: Brill Academic, 2003.
- FERNANDÉZ, J. A. 1970. *The Political Elite in Argentina*. New York: New York University Press, 1970.
- HAGOPIAN, F. 2005. Chile and Brazil. In: DIAMOND, L.; MORLINO, L. (Ed). *Assessing the Quality of Democracy*. The John Hopkins University Press: Baltimore, 2005.
- HAZAN, Reuven e Pennings, Paul (Eds). Candidate selection in Western Democracies. *Special issue of Party Politics* 7, n.3, 2001.
- IBGE, 2001. *Síntese de indicadores sociais – 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001;
- _____. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>.

INEP. Sinopses estatísticas da educação superior: 1994 a 2005. Disponível em: <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br>;

JAHAN, R. 1976. Members of Parliament in Bangladesh. *Legislative Studies Quarterly*, Iowa, v. 1, n. 3, p. 355-370, Aug., 1976.

LAAKSO, M e TAAGEPERA, R. 1979. Effective Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. *Comparative Political Studies* 12, p. 3-27, 1979.

LEMOS, L. B. de S.; RANINCHESKI, S. 2008. Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na década de 90. In: LEMOS, L. B. de S. (org.), *O Senado Federal brasileiro no pós-constituente*. Brasília: Senado Federal, 2008.

LEVINE, D. e MORLINA, J. 2007. La calidad de la democracia en América Latina: Una visión comparada. *América Latina Hoy*, Salamanca, n. 45, p. 17-46, 2007.

LIJPHART, A. 2003. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARENCO DOS SANTOS, A. Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no congresso nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 33, p. 87-101, 1997. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_06.htm. Acesso em: 12 de maio de 2013;

MARENCO DOS SANTOS, A. e SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 93-113, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcs/06/v22n64/a08v2264.pdf>

MARIANO, R.; PIERUCCI, A. F. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, n. 34, p.92-106, 1992.

MOISÉS, J. A. A corrupção afeta a qualidade da democracia? Em Debate, Belo Horizonte, v.2, n.5, p.27-37, mai., 2010.

_____(org.) O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2011.

NEIVA, P.; IZUMI, M. 2012. Os “doutores” da Federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 21, n. 41, p. 171-192, fev. 2012;

OFFERLÉ, M. *Professions et Profession Politique*. In: Offerlé, M. (org.). *La Profession Politique (XIXe-XXe Siècles)*. Paris: Éditions Belin, 1999, p. 7-35.

PATTERSON, S. *Comparative Legislative Behavior: A Review Essay*. *Midwest Journal of Political Science*, Bloomington, v. 12, n. 4, p. 599-616, Nov, 1968.

PERISSINOTTO, R. M.; MIRÍADE, A. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 2,, p. 301 a 333, 2009.

PUTNAM, R. 1976. *The comparative study of political elites*, Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1976.

RENNÓ, L. R.; SMITH, A.E.; LAYTON, M.L.; BATISTA, F. *Legitimidade e qualidade da democracia no brasil: uma visão da cidadania*. São Paulo: Editora Intermeios e LAPOP, 2011.

RODRIGUES, L. M. *Quem é Quem na Constituinte: uma Análise Sociopolítica dos Partidos e Deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.

_____. *Partidos, Ideologia e Composição Social*. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. *Mudanças na classe política brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2006.

RODRIGUES, F. 2006. *Políticos do Brasil*. São Paulo: PubliFolha, 2006.

SANTANA, L. Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. *Teoria e Sociedade* nº 16.2 – julho- dezembro, p. 130-155, 2008.

SANTOS, F. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In: SANTOS, F.; BOSCHI, R.; DINIZ, E. (orgs.). *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

_____. *O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UFMG/IUPERJ, 2003.

_____. Politicalcareers in Brazil: long-term trends and cross-sectional variation. *Regional and Federal studies*, Vol. 21, Issue 2, p. 165-183, 2011.

SERNA, M. *La composición de la elite política uruguaya: circulación y reconversión en democracia*. Trabalho apresentado no 33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, realizado em Caxambu, 26-30 Out., 2009.

SCARROW, SUSAN E., Paul WEBB and David M. Farrell. From social integration to Electoral Contestation: The changing distribution of power within Political Parties”, In: DALTON, Russell J.; WATTENBERG, Martin P. (eds.) *Parties without partisans: Political Change in Advanced Industrial Countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 129-53.

SILVA, J. C. da, 2002. *Empresários na Câmara de Deputados (1999-2003). Recrutamento, Ascensão e Trajetória Política*. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Ciência Política da Unicamp, 2002.

URIARTE, E. El análisis de las elites políticas en las democracias. *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n. 97, p. 249-275, 1997.

VERNER, J. Educational Backgrounds of Latin American Legislators: A Three-Country Analysis. *Comparative Politics*, New York, v.6, n. 4, p. 617-634, July, 1974.